



SINDICATO DOS  
TRABALHADORES NO  
SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

**176**

MAI-JUN 2018

FILIADO À



# CONSTRUIR A GREVE GERAL JÁ!

## É possível e necessário derrubar Temer!

*Pág.s. 02-03*

### Vamos voltar a sacudir Brasília em 19 de junho!

*Pág.s. 04-05*



Reajuste abusivo dos  
planos de saúde foi  
tema de audiências no  
Senado

*Pág. 05*

GIRO NOS ÓRGÃOS

Incra, Fundacentro,  
Ipen e MS

*Pág.s. 06-07*

ATIVIDADES

É preciso lutar contra a violência, por  
empregos e contra as reformas do  
governo / 130 anos da abolição sem  
reparações

*Pág. 08*



# Construir a Greve Geral Já! É possível e necessário derrubar Temer!

O governo Temer, apesar de já ser considerado o mais impopular em toda história, acirrou os ataques aos direitos dos trabalhadores, o que se reflete no aumento do desemprego, no sucateamento dos serviços públicos, na aprovação da reforma trabalhista, no aumento das terceirizações e na consequente precarização das condições de vida e de trabalho, bem como no aprofundamento das privatizações. Essa política, que já vinha sendo aplicada nos governos anteriores, incluindo os do PT, além de massacrar a população mais pobre, faz com que o patrimônio do país seja entregue ao setor privado, nacional e estrangeiro.

Os trabalhadores não assistem a tudo isso de forma passiva. Essa situação política, tem gerado fortes elementos de polarização social, pro-

duzindo lutas sindicais e populares bastante importantes, com milhares de greves, ocupações e manifestações, como aquelas que desembocaram em 2017 na maior Greve Geral da história recente do Brasil. Este é o tom da radicalização dos trabalhadores frente à degradação imposta às suas condições de vida.

Neste contexto de lutas, o Brasil foi sacudido recentemente pela greve nacional dos caminhoneiros e com a entrada em cena dos petroleiros. Estas e outras categorias, para desespero da burguesia, enfrentaram os governos e patrões, ganhando amplo apoio da sociedade. A saída do ex-presidente da Petrobrás, Pedro Parente, foi uma vitória da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Com Temer gozando de baixíssima popularidade, esta era a hora de



avancar no chamado à construção da Greve Geral. Mas a CUT e o PT, avessos a qualquer possibilidade de desestabilização do país, preferiram seguir

o calendário eleitoral e dar uma trégua para MDB e PSDB se recomparam, desmontando a forte greve nacional dos petroleiros no seu primeiro dia.

| PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017/2018          | OUT                   | NOV                   | DEZ                   | JAN                   | FEV                   | MAR                   | ABR                   |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>SALDO INICIAL</b>                   | R\$ 11.942,19         | R\$ 23.755,09         | R\$ 12.955,62         | R\$ 9.683,15          | R\$ 146.658,42        | R\$ 174.464,79        | R\$ 155.286,11        |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS</b>              | R\$ 192.875,50        | R\$ 189.383,63        | R\$ 188.314,79        | R\$ 374.497,97        | R\$ 189.677,63        | R\$ 186.092,47        | R\$ 185.641,87        |
| <b>DESPESAS</b>                        |                       |                       |                       |                       |                       |                       |                       |
| ADMINISTRATIVO                         | R\$ 30.799,56         | R\$ 25.473,47         | R\$ 19.348,15         | R\$ 22.108,43         | R\$ 20.089,07         | R\$ 20.962,03         | R\$ 23.179,90         |
| FUNCIONÁRIOS                           | R\$ 64.156,55         | R\$ 84.339,79         | R\$ 99.694,02         | R\$ 64.760,34         | R\$ 58.297,23         | R\$ 97.858,81         | R\$ 56.068,74         |
| SINDICAL / CONGRESSO                   | R\$ 21.369,59         | R\$ 26.893,56         | R\$ 21.283,19         | R\$ 24.423,74         | R\$ 20.796,04         | R\$ 26.037,69         | R\$ 27.287,62         |
| CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS    | R\$ 45.665,06         | R\$ 43.684,90         | R\$ 41.862,00         | R\$ 86.071,50         | R\$ 42.589,56         | R\$ 43.559,87         | R\$ 43.610,84         |
| IMPrensa E COMUNICAÇÃO                 | R\$ 2.779,28          | R\$ 6.143,08          | R\$ 6.344,56          | R\$ 5.463,03          | R\$ 6.119,28          | R\$ 2.889,28          | R\$ 8.313,28          |
| CORREIOS                               | R\$ 170,43            | R\$ 199,25            | R\$ 0,00              | R\$ 469,17            | R\$ 0,00              | R\$ 0,00              | R\$ 1.691,25          |
| CONTRIBUIÇÃO SINDICAL                  | R\$ 9.603,49          | R\$ 9.341,15          | R\$ 0,00              | R\$ 28.810,47         | R\$ 9.603,49          | R\$ 9.244,45          | R\$ 9.289,27          |
| VEICULO                                | R\$ 1.720,44          | R\$ 314,85            | R\$ 504,12            | R\$ 224,45            | R\$ 358,00            | R\$ 205,88            | R\$ 1.061,00          |
| TELEFONES                              | R\$ 4.798,20          | R\$ 3.793,05          | R\$ 2.551,22          | R\$ 5.191,57          | R\$ 4.018,59          | R\$ 4.513,14          | R\$ 3.887,41          |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b>              | <b>R\$ 181.062,60</b> | <b>R\$ 200.183,10</b> | <b>R\$ 191.587,26</b> | <b>R\$ 237.522,70</b> | <b>R\$ 161.871,26</b> | <b>R\$ 205.271,15</b> | <b>R\$ 174.389,31</b> |
| <b>RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS</b> | <b>R\$ 11.812,90</b>  | <b>R\$ -10.799,47</b> | <b>R\$ -3.272,47</b>  | <b>R\$ 136.975,27</b> | <b>R\$ 27.806,37</b>  | <b>R\$ -19.178,68</b> | <b>R\$ 11.252,56</b>  |
| <b>SALDO FINAL</b>                     | <b>R\$ 23.755,09</b>  | <b>R\$ 12.955,62</b>  | <b>R\$ 9.683,15</b>   | <b>R\$ 146.658,42</b> | <b>R\$ 174.464,79</b> | <b>R\$ 155.286,11</b> | <b>R\$ 166.538,67</b> |

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.

### Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Boa Vista, nº76 - 3º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP:01014-000  
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: [imprensa@sindsef-sp.org.br](mailto:imprensa@sindsef-sp.org.br) | Jornalistas responsáveis: Fábila Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)  
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 5.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: LTJ Editora Gráfica Ltda



## Contra a criminalização dos movimentos sociais!

A revolta que cresce cada dia mais nos setores mais pobres da população faz com que os governos intensifiquem o uso da repressão e da violência. Temer não é pioneiro, foi o governo Dilma que aprovou as leis “anti-terrorismo” e a das “organizações criminosas”, claramente voltadas para reforçar a repressão às lutas e às organizações dos trabalhadores, além de baixar o decreto da GLO – Garantia da Lei e da Ordem – autorizando o

uso das Forças Armadas na repressão à população.

O governo Temer dá um novo salto nesse processo com a intervenção federal decretada no Rio, que colocou o Exército no comando da segurança pública do Estado, atuando como força de contenção social. O processo de criminalização das lutas e da pobreza, que agora se intensifica frente à polarização da luta de classes, é uma característica permanente no capitalismo.

## Combater duramente os setores de direita!

Com o aprofundamento da crise e da polarização da luta de classes surgem setores de ultradireita, contra os trabalhadores e os setores mais oprimidos da sociedade: negros, indígenas, mulheres, LGBTs. É preciso denunciar e desmascarar figuras como Bolsonaro e enfrentar a ultradireita nas ruas, fisicamente inclusive, quando necessário. Da mesma forma, precisamos repudiar as tentativas de setores militares de se envolver na política.

Mas, nem fenômenos como Bolsonaro, nem as declarações de chefes militares podem ser confundidas com uma “ofensiva do fascismo” ou da iminência de um golpe militar no

país, como quer fazer crer o PT e seus seguidores, tentando com essa narrativa, justificar a proposta de uma Frente Ampla Eleitoral em apoio às suas candidaturas.

O fascismo implica em uma ação organizada de grupos paramilitares, armados e com apoio de massas, que atacam e eliminam os trabalhadores, seus dirigentes, suas lutas e suas organizações. Não é esse o quadro que temos no país. Se estivéssemos frente a uma ofensiva fascista ou na iminência de um golpe militar, o caminho a adotar teria de ser outro. Fascismo não se derrota com eleições, nem com frentes eleitorais. Se derrota nas ruas, com luta de massas.

## Precisamos de uma rebelião no país!

Os trabalhadores precisam colocar pra fora Temer e toda a quadrilha que, com ele, governa o país a serviço do sistema financeiro, das multinacionais, do grande empresariado e do latifúndio/Agronegócio.

As mudanças que precisamos são profundas. É preciso acabar com a desigualdade, a injustiça, o preconceito, a discriminação, a violência e com esse sistema que transforma os trabalhadores em escravos. É preciso parar o pagamento da dívida pública, que transfere aos bancos quase metade do orçamento todos os anos; estatizar os bancos, as grandes empresas, as mul-

tinacionais e colocá-las sob controle dos trabalhadores; nacionalizar a terra para colocá-la a serviço da produção de alimentos para a população; colocar os recursos que tem o país e a riqueza produzida por quem trabalha, a serviço de atender as necessidades dos trabalhadores e do povo pobre e não de enriquecer meia dúzia de banqueiros.

Nada disso poderá ser feito através das eleições, pois o sistema eleitoral é controlado pelo poder econômico, pelos que se beneficiam da desigualdade e da injustiça da sociedade capitalista. Por isso, independente de quem é eleito, entra eleição e sai eleição e nada de

## Nenhuma ilusão no Poder Judiciário!

O poder judiciário sempre esteve a serviço de garantir a impunidade dos ricos e poderosos e não de assegurar justiça aos trabalhadores e aos pobres. Os governos do PT não fizeram nada para mudar essa situação nos 14 anos que estiveram à frente do país. O encarceramento em massa de negros e pobres, sem nenhum tipo de julgamento, praticamente dobrou durante os governos do PT.

Lula e o PT, ao buscar aliança com os grandes empresários para ganhar as eleições e para governar, foram parar na mesma lama da corrupção que eles. E é por uma acusação de corrupção que Lula está preso. Agora mesmo, quando Lula está na prisão, tentando viabilizar sua candidatura, o PT repete as alianças com Renan Calheiros, Eunício Oliveira e toda a corja de corruptos do MDB, PP, etc.

Têm razão Lula e o PT quando denunciam a seletividade da justiça ao colocar na cadeia o líder petista. Não é razoável, porém, propor como solução a impunidade geral. É preciso exigir que todos os demais, começando

por Temer, Aécio, Serra, Alckmin, etc – sejam punidos. Prisão para TODOS os corruptos e corruptores, confisco de todos os seus bens para repor ao patrimônio público o que foi roubado!

Na polarização da luta de classes que existe no país, os governos do PT foram instrumento da burguesia para retirar direitos, desde a Reforma da Previdência de Lula em 2003, passando pelos ataques no Governo Dilma, ou atualmente, no governo do PT na Bahia, que aprovou o mesmo congelamento de despesas com políticas sociais que foi aprovado por Temer em nível federal, ou em Minas Gerais, onde governo do PT se nega a cumprir acordo feito com os professores e professoras do estado.

Por isso é um desserviço aos trabalhadores defender o atrelamento da luta e organização da nossa classe à defesa de Lula e da direção do PT. Não é com eles que construiremos a organização capaz de levar adiante a luta que precisamos fazer para defender nossos direitos. Será contra eles, pela escolha que fizeram de aliar-se aos patrões.



fundamental muda para os trabalhadores e pobres.

As mudanças só virão com a luta dos explorados e oprimidos. Precisamos tomar as ruas e, nas ruas, tomar em nossas mãos os destinos do nosso país. É preciso transformar toda essa

revolta que cresce todo dia dentro das fábricas, na periferia dos grandes centros urbanos, em luta organizada para mudar a situação em que vivemos. O caos já temos! Agora precisamos de uma rebelião! Greve Geral Já!



# Dia Nacional de Lutas marca fortalecimento da mobilização dos servidores

*Agora é organizar a caravana para Brasília em defesa dos serviços públicos e seguir apontando a necessidade de construir a greve geral*

O Dia Nacional de Lutas, ocorrido em 07 de junho, foi um importante passo no fortalecimento da defesa do serviço público (com foco na revogação da Emenda Constitucional nº95/2016, que congela investimentos públicos por 20 anos) e marcou o engajamento do funcionalismo federal no processo de lutas nacional, que teve como destaque no último mês, as mobilizações dos caminhoneiros e petroleiros.

Construído pelo Fórum Nacionais dos Servidores Federais (Fonasefe) e pelo Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), contou com atos, assembleias e paralisações, em todo o país, pelo atendimento da pauta de reivindicação da Campanha Salarial Unificada, além de incorporar outras pautas gerais dos trabalhadores, a exemplo da redução e congelamento dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha; defesa da Petrobrás 100% estatal com controle dos

trabalhadores; contra a privatização da Eletrobrás e entrega da Embraer.

Em Brasília, pela manhã, representantes do Fonasefe e do Fonacate realizaram um ato, em frente ao Ministério do Planejamento. Na parte da tarde, ocorreu o lançamento da “Campanha pela Revogação da EC nº 95/2016 e em Defesa dos Serviços Públicos”, desenvolvida pelos fóruns dos servidores.

“A revogação da Emenda Constitucional nº 95 é o principal foco da nossa mobilização hoje, porque sabemos que essa emenda vem para acabar com o serviço público, com o atendimento à população e os investimentos em áreas sociais. Soma-se a isso luta pela anulação da reforma trabalhista e da lei da terceirização”, explicou Saulo Arcangeli, membro da Secretaria Executiva Nacional (SEN) da CSP-Conlutas, que acompanha o Fonasefe.

Ainda no contexto da Campanha Salarial Unificada, segue a reivindica-



ção pela negociação coletiva no serviço público, através da Convenção nº151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e, agora, é necessário intensificar ainda mais o embate contra a retirada de direitos, considerando que o projeto de lei sobre a greve voltou a tramitar.

Neste ano de 2018, tivemos algu-

mas vitórias, como em relação à não votação da Reforma da Previdência e da não aprovação da MP 805, mas, a possibilidade de retrocesso continua presente no governo junto ao Congresso Nacional. Por isso, devemos seguir firmes na luta pelo arquivamento definitivo da reforma e incorporando as pautas gerais dos trabalhadores.

## SÃO PAULO

Em São Paulo, os servidores do Ipen enfrentaram o frio e a garoa gelada para fechar os portões do Instituto. Durante o ato foram passados informes sobre as negociações em curso com a presidência do Instituto, a situação do plano médico, as dificuldades em agendar reunião com a

CNEN e também incluíram no debate uma breve análise da conjuntura nacional. “Trabalhador merece respeito! Com a gente não tem tempo ruim, fechamos a portaria para lutar por nossos direitos!”, comentou Ana Gori, diretora do Sindsef-SP.

Os servidores do Inbra/SP, tam-

bém realizaram um ato neste dia de paralisação. Os ativistas denunciaram os graves ataques ao serviço público, em especial o desmonte de políticas públicas no campo, que atingem as populações vulneráveis como assentados da reforma agrária, agricultores familiares e comunidades quilombo-

las. O governo anunciou o corte de 32 milhões do orçamento do INCRA e 17 milhões da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead)

No MTb, o Sindsef-SP reuniu um grupo de servidores em assembleia para debater a pauta da campanha salarial unificada e buscar estratégias para fortalecer a luta específica no setor, que sofre há anos com o sucateamento e o desmonte do órgão.

Antecedendo o dia nacional de lutas também foram realizadas assembleias em outros órgãos para discutir os problemas da categoria.





## VAMOS VOLTAR A SACUDIR BRASÍLIA EM 19 DE JUNHO!

No dia 19 de junho de 2018, haverá uma caravana à Brasília. A ação, deliberada em reunião dos fóruns no dia 06 de junho, faz parte da jornada de luta em defesa dos serviços públicos e pela revogação da EC95/16 com debates sobre as privatizações, luta pelo atendimento da pauta de reivindicações dos servidores e atividades no STF sobre o julgamento da data base.

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais está convocando manifestações, centralizadas em Brasília, para a véspera do possível julgamento da ação da data-base do funcionalismo no Supremo Tribunal Federal.

O STF pautou o julgamento da ação referente à indenização pelo descumprimento da data-base para o dia 20 de junho. A coordenação do Fórum dos Servidores, reunida na noite do dia 06 de junho, em Brasília, acordou pela convocação de protestos para o dia 19 de junho – com atividades pela manhã, possivelmente na Esplanada dos Ministérios, e à tarde, a partir das 14 horas, em frente ao Supremo Tribunal Federal.

Para Saulo Arcangeli, “a caravana para Brasília vem no sentido de marcar a entrada do funcionalismo público federal com mais força em cena, somando-se às lutas de várias categorias, como dos caminhoneiros, que conseguiram o atendimento de boa parte de suas reivindicações. Foi por esta razão que incorporamos na pauta a luta pela diminuição e congelamento dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha e pela Petrobras 100% estatal”.

Ainda como parte do calendário dos fóruns, no dia 26 de junho haverá uma audiência pública da CDH (Comissão de Direitos Humanos) para debater sobre “A situação da Geap, Capesaúde e de seus beneficiários”. A atividade vai acontecer às 14 horas, na sala 04-A, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, Senado Federal.

Visando fortalecer a Jornada de Lutas, o Sindsef-SP fará parte da Caravana a Brasília. Os Servidores interessados devem entrar em contato com Sindicato o mais breve possível para garantir sua participação.

*Atenção, vagas limitadas!*



## REAJUSTE ABUSIVO DOS PLANOS DE SAÚDE FOI TEMA DE AUDIÊNCIAS NO SENADO

O senado realizou duas Audiências Públicas para debater os repetitivos aumentos abusivos das mensalidades dos planos de saúde. O tema aflixe aqueles que, diante do caos no Sistema Único de Saúde, ainda tentam recorrer aos serviços de saúde particular.

A primeira audiência, realizada no dia 24/04, abordou exclusivamente os reajustes da Geap, que nos últimos três anos acumulou cerca de 80% de aumento, enquanto a inflação acumulada no período ficou abaixo de 12%.

Em sua argumentação, o representante da Geap tentou, dentre outras coisas, responsabilizar os próprios beneficiários pelos reajustes, por estarem em idade avançada, o que encareceria a inflação médica. Os aumentos repetitivos excluem do plano milhares de vidas, isso porque é impossível arcar com os altos valores comercializados, já que não há reajuste salarial para os trabalhadores.



A segunda audiência foi mais abrangente e discutiu o aumento abusivo dos planos de saúde em geral e ainda abriu espaço para falar sobre a Geap.

O sistema de cobranças de franquias pelos planos de saúde, como acontece com o seguro de automóvel, também entrou em debate. O projeto, que ainda está em discussão na ANS, prevê que o usuário pague uma contribuição toda vez que usar o plano.

A EC 95/2016 também foi alvo de críticas, pois afeta diretamente os gastos do Sistema Único de Saúde, que estão congelados por vinte anos. Fortalecer o SUS passa a ser uma tarefa urgente e derrubar a EC 95 faz parte desse processo.

No dia 26/06, o Senado realizará nova audiência pública para ampliar o debate sobre a situação da Geap e Cape Saúde.

O Sindsef-SP, que recentemente realizou um Seminário sobre este tema e criou uma comissão visando pensar estratégias jurídicas e políticas para enfrentar o problema, deve enviar representação para atividade.



## INCRA

### Servidores denunciam redução orçamentária e lutam pela reestruturação da carreira

O orçamento para 2018, que já era um dos mais baixos da história, sofreu novos cortes no final de maio, retirando cerca de R\$ 32 milhões do Incra e R\$ 17 milhões do orçamento da Sead (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário), afetando diretamente as políticas de reforma agrária, regularização fundiária, assistência técnica e educação no campo, que já estavam bastante prejudicadas com a drástica redução de recursos no ano passado.

Esses sucessivos cortes aceleram o desmonte da autarquia. Com isso, a infraestrutura do Incra piora a cada dia, a sobrecarga de trabalho só aumenta – devido a falta de concursos públicos para reposição da força de trabalho. Além disso, a forte ingerên-



cia e aparelhamento político do órgão colocam em risco o trabalho técnico das equipes, ameaçando direitos da população do campo, em especial das comunidades quilombolas.

Desde 2016, o foco da gestão do Incra tem sido a titulação de terras, deixando de lado outras políticas do órgão, aprofundando o esvaziamento das atividades do Instituto. Os

servidores alertam que o interesse do Governo e da Direção do Incra é o cumprimento das metas de titulação para atender a pauta do agronegócio e do capital, para satisfazer os interesses das oligarquias regionais, representados nos deputados da base aliada.

Frente a esse quadro, os servidores do Incra/SP se somaram ao calendário de mobilizações nacional do setor realizando paralisações semanais no mês de maio pela Reestruturação da Carreira. Em junho estão previstas mobilizações sempre as segundas-feiras.

No dia 07/06 – Dia Nacional de Luta, paralisaram as atividades e fizeram um ato na entrada da Superintendência para dar visibilidade aos problemas enfrentados.

## FUNDACENTRO

### Servidores questionam prioridades da Administração da instituição

Servidores da Fundacentro receberam, com preocupação e tristeza a notícia da possível instalação de ponto eletrônico para controle de frequência dos trabalhadores. Eles questionam a eficácia do controle de ponto e de onde virá o recurso financeiro necessário para a compra e instalação de equipamentos de alta geração, que em nada contribuem para promover as atividades desenvolvidas no órgão.

A Fundacentro, assim como ocorre no serviço público em geral, enfrenta constantes cortes orçamentários, afetando diretamente o desenvolvimento de projetos e programas sobre segurança e saúde do trabalho e meio ambiente, que é a missão da entidade.

Em várias unidades as instalações apresentam infiltrações, rachaduras, pisos soltos e não atendem as normas de acessibilidade a portadores de necessidades especiais. Ou seja, estão em condições deploráveis, comprometendo a segurança dos servidores e

dos usuários.

Outra questão é o número reduzido de funcionários para o desenvolvimento das atividades, que tem diminuído drasticamente nos últimos anos. Segundo levantamentos da Comissão de Servidores, atualmente há apenas 1/4 do quadro de funcionários. Deste montante a maioria está perto de se aposentar.

Também não há recursos para o desenvolvimento de projetos e programas ou para o pagamento de diárias e/ou deslocamentos dos técnicos da instituição. Os problemas elencados ganham contornos ainda mais graves, com a Emenda constitucional 95, que congela os gastos públicos por 20 anos.

Levando em consideração a missão da Fundacentro, o controle da produção deveria focar no trabalho realizado e nos resultados alcançados e não no mero controle da presença.

Os servidores se reuniram através



de vídeo conferência para debater esta questão e enviaram um documento a Administração enumerando os problemas que precisam ser tratados com prioridades para proporcionar um ambiente de trabalho saudável para os seus servidores.

Diante desse cenário, os servidores perguntam: Que benefício a instalação do ponto eletrônico trará à socie-

dade e aos trabalhadores?

A diretoria do Sindsef-SP está acompanhando os desdobramentos da situação, deixou a equipe jurídica a postos para atender quaisquer solicitações e deverá fazer um giro pelo órgão para conversar com os servidores sobre os problemas enfrentados, bem como discutir os próximos passos a serem adotados.



## IPEN

## Sindsef-SP e Assipen apuram denúncia de assédio moral

É preciso ficar alerta diante dos relatos que sugerem a prática de assédio moral nas dependências do Ipen. Conduta abusiva, exposição a situações humilhantes e constrangedoras (ações, palavras, gestos, inclusive de indiferença), ofensas a dignidade de um indivíduo ou grupo, durante o horário de trabalho e no exercício de suas funções, configuram assédio moral.

Infelizmente, o Ipen tem sido palco de recorrentes episódios com fortes indícios de assédio moral, agravado pela presença de elementos que indicam preconceito racial. Os últimos casos, “coincidentalmente”, ocorreram com trabalhadores negros. O Sindsef-SP e a Assipen estão alertas, acompanhando e apurando atentamente as denúncias que chegam.

O assédio moral afeta sem distinção, servidores e trabalhadores terceirizados. Adotar postura desrespeitosa, ofender e taxar um trabalhador de ladrão, ou quaisquer outros insultos, pode ser considerado assédio moral.



Em episódio recente, um servidor teve seus direitos ignorados pela chefia e foi tratado como um objeto que, ao dar defeito, é descartado. Após um incidente no desempenho da sua função, o servidor foi impedido de ter acesso as instalações do

setor. Um trabalhador que, embora tenha direito adquirido à aposentadoria, permanece contribuindo no desempenho da instituição.

Já há alguns anos o Sindsef-SP realiza campanhas denunciando o assédio moral, uma prática que virou rotina no serviço público. O perfil do assediador pode ser altamente qualificado, ou não, porém ambos adotam uma postura ríspida, desrespeitosa e com ausência de urbanidade no ambiente de trabalho.

Estas pessoas desconsideram a política de desmonte dos órgãos públicos, a falta de mão de obra e de equipamentos e se tornam verdadeiros carrascos dos seus subordinados.

É necessário que a diretoria do Ipen interfira com firmeza para buscar solução desses conflitos, pois muitos agressores acreditam que é este tipo de comportamento que se espera deles. Portanto, uma política de forte repúdio a estas ações e a implantação de cursos de reciclagem para as chefias é fundamental.

## MS

## Servidores da Saúde merecem reconhecimento e respeito a direitos

No dia de 24/05, o Sindsef-SP realizou o Seminário dos Servidores do Ministério da Saúde, popularmente conhecidos como Mata-Mosquitos. O evento ocorreu no litoral sul de São Paulo, Guarujá, região onde se encontra significativa parcela dos Agentes e Guardas de Endemias que foram redistribuídos para os municípios no processo de esvaziamento da Funasa.

Dentre os itens debatidos, as questões jurídicas receberam especial atenção dos presentes. O advogado do Sindsef-SP, César Lignelli,

elucidou várias dúvidas sobre: Aposentadoria Especial e insalubridade, Ação Indenizatória por Contaminação, Plano de Saúde, Gacen, Licença Prêmio, FGTS, Abono de Permanência e Assédio Moral.

Lignelli observou que o Brasil vive um momento político muito crítico e que muitos servidores temem que, logo após as eleições, a reforma da previdência volte a ser uma ameaça. Este tema foi levantado durante os informes sobre as regras para aposentadoria.

O advogado também comentou os efeitos da manipulação e manuseio contínuos de inseticidas, visando erradicar pragas endêmicas, sem uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) e sem instruções adequadas para a utilização, na saúde dos servidores. Na sequência passou orientações para acionar judicialmente o Estado devido a contaminação e o adoecimento dos servidores do setor, uma antiga reivindicação da categoria.



Na segunda parte do evento, a pesquisadora Erika Andreassy, representando o Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio Econômicos (Ilaese), fez uma breve análise de conjuntura, com destaque para a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país e conquistou o apoio da população.

Erika chamou a atenção para semelhança na política dos sucessivos governos, que sempre atuam contra os interesses dos trabalhadores, demonstrando que estão a serviço do capital financeiro.

A aprovação da Emenda Constitucional que congelou os gastos públicos por 20 anos, a reforma trabalhista e a lei da terceirização, além da tentativa de aprovar a reforma da Previdência, são a confirmação dessas políticas nefastas.

Os 130 anos da abolição sem reparação, também foi pauta do seminário. Ana Gori, diretora do Sindsef-SP, falou sobre as atividades que ocorreram no Rio de Janeiro e no Maranhão para dar visibilidade a luta por reparações. **(leia mais na página 8)**

**SEMINÁRIO  
DOS SERVIDORES DO  
MINISTÉRIO DA SAÚDE**

Dia  
24/05

às 10  
horas

Grêmio Recreativo  
e Esportivo dos  
Funcionários da  
Prefeitura Municipal  
do Guarujá

SINDSEF-SP



## É preciso lutar contra a violência, por empregos e contra as reformas do governo

**N**os dias 02 e 03 de junho ocorreram, respectivamente, a XVI Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais e a 22ª Parada do Orgulho LGBT, em São Paulo. Estes espaços, ao contrário do forte apelo comercial que os organizadores tentam impor, deveriam ser ocupados principalmente para defender as bandeiras dos setores oprimidos, onde pudessem expor as condições de violência e exploração a que estão submetidos pelo capitalismo. O Brasil vive a recessão mais profunda da sua história, combinada com a crise política e a guerra social desenfreada contra o povo pobre e trabalhador, atingindo mais profundamente os setores oprimidos, entre eles a população negra, mulheres e LGBT's. As Paradas LGBTs tiveram sua origem na Revolta de Stonewall, um



marco na organização e radicalização do movimento LGBT. Contudo, basta um olhar para o evento nos últimos anos para perceber que muita coisa mudou entre o levante que durou quatro dias contra a repressão policial em 1969 e o que hoje é uma grande festa, que conta com o patrocínio de governos e grandes empresas, que nunca fi-

zeram nada para combater a violência e opressão que vitima estas pessoas. Os empresários não ligam para nada além de seu próprio lucro e buscam acabar com o caráter combativo da Parada para utilizá-la como um negócio, movimentando milhões para a indústria do turismo. Por esta razão, ativistas LGBTs da CSP-Conlutas, que não concordam

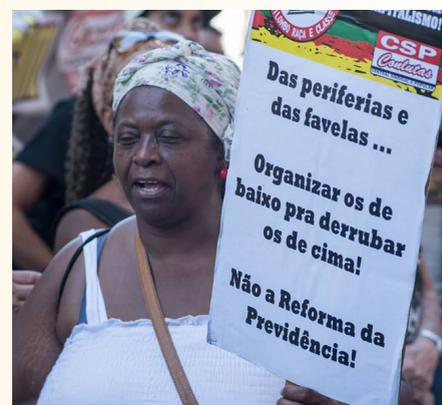
com a despolitização das paradas e muito menos com o tema deste ano “Nosso voto é nossa voz”, que tenta dizer que a saída virá por meio das eleições em outubro, fizeram o chamado para a conformação de um bloco classista e independente que colocasse com firmeza que os trabalhadores, sejam LGBT's, negros ou mulheres, precisam de emprego, direitos e o fim da violência! A verdadeira saída virá das lutas! É preciso resgatar as lições da Revolta de Stonewall e ir às ruas contra violência LGBTfóbica, contra a cura gay, por saúde e educação públicas de qualidade, contra as reformas dos governos e contra Temer e esse Congresso corrupto. Só assim será possível derrubar esse sistema que explora e oprime e criar uma sociedade em que todos e todas possam expressar livremente sua orientação sexual e identidade de gênero.

## 130 anos da abolição sem reparações

**O** Setorial de Negras e Negros da CSP-Conlutas, impulsionado pelo Movimento Quilombo Raça e Classe, organizou dois importantes atos no país, buscando dar visibilidade aos “130 anos de abolição sem reparações”. As atividades ocorreram no Rio de Janeiro (RJ) e São Luís (MA). O objetivo foi mostrar que o fim da escravidão não veio acompanhado por políticas de reparações e, nem mesmo, das mínimas garantias de direitos. De posse da liberdade, negras e negros saíram das senzalas e foram jogados na marginalidade. Esse foi o tom dos manifestantes, que também criticavam as polí-

ticas excludentes dos governos, que seguem atacando e retirando direitos dos trabalhadores, afetando principalmente os negros, que até hoje ocupam os postos de empregos mais precarizados e/ou sofrem com o racismo e o preconceito institucional, sendo as maiores vítimas da violência policial. Os atos exigiram dos governos medidas como a titulação de terras quilombolas, a demarcação imediata das terras indígenas, garantia do direito à moradia, saneamento básico, educação, creches e hospitais públicos de qualidade, emprego e salário igual entre homens, mulheres, brancos e negros, o fim da violência e do racismo da

PM contra negros e negras, a revogação de todas as reformas e medidas que atacam direitos etc. “O 13 de maio não é uma data para ser comemorada, mas um dia de luta para exigirmos justiça, uma dívida que historicamente o Estado brasileiro nos deve. Foram mais de 300 anos de escravidão sem qualquer garantia de direitos. E, como se não bastasse, os governos seguem atacando nossos direitos. As medidas do governo Temer, como a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e a terceirização prejudicam com mais força os trabalhadores negros”, disse Júlio Condaque, do Movimento Quilombo Raça e Classe. Além do Quilombo Raça e Classe,



participaram da marcha entidades como Movimento Mulheres em Luta, juntamente com outras organizações do movimento negro como a Unegro, o MNU (Movimento Negro Unificado), Pérola Negra, Comitê de Reparções, sindicatos e partidos como PSTU e PSOL. O Sindsef-SP enviou uma delegação de servidores para participar das atividades.